



LITERATURA NEGRA: APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003 NO CONTEXTO EDUCACIONAL

ANGILENE SANTOS NASCIMENTO

SIMÉIA MELLO ARAÚJO

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

LITERATURA NEGRA E A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003 NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Resumo

O texto analisa a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino da temática “história e cultura afro-brasileira”, a fim de discutir a importância da efetivação da Lei para a diminuição dos preconceitos e da visão estereotipada do negro no Brasil. Para isso, analisa a literatura negra como um dos elementos principais para a constituição identitária do negro, destaca a relevância da participação da escola e do corpo docente no êxito dessa proposta, com respaldo de Dewey (1965) Froebel (2002), Hall (2004), que reafirmam o papel desses agentes na (re)significação identitária do sujeito negro. Com isso, concluiu-se que a construção de uma identidade nacional homogênea e uniforme é o caminho, onde a escola e, principalmente o professor, são instrumentos essenciais para a construção de um país mais democrático e justo.

Palavras-Chave: Literatura Negra. Processo identitário. Afrodescendente.

Abstract

The text analyzes the applicability of Law 10.639 / 2003, which provides for the inclusion in the official curriculum of the subject of teaching network "history and afro-Brazilian culture" in order to discuss the importance of realization of the Law for the reduction of prejudice and stereotypical view of blacks in Brazil. For this, analyzes the black literature as one of the main elements for the formation of black identity, highlights the importance of school participation and faculty in the success of this proposal, Dewey support (1965) Froebel (2002), Hall (2004), which reaffirm the role of these agents in the identity (re)significance of the subject black. Thus, it was concluded that the construction of a homogeneous and uniform national identity is the way, where the school and especially the teacher, are essential tools for building a more democratic and fair country.

Keywords: Black literature. Identity process. Afro-descendants.

Introdução

Muitas ações afirmativas têm surgido nos últimos anos no país com o propósito de diminuir as desigualdades e preconceitos a que são submetidos alguns grupos na sociedade, dessa forma, permitindo o acesso dessas minorias à educação, ao mercado de trabalho, à saúde e aos demais aspectos nos quais se encontram marginalizados. Além disso, tentar diminuir os índices desfavoráveis que os permeiam, ajudando no processo de (re)significação identitária desses sujeitos, dentre eles, a população negra.

Com o intuito de inserir essa população na sociedade de forma efetiva, na tentativa de diminuir as injustiças sociais, surgiram várias ações, por meio de políticas públicas, como: concessão de bolsas de estudo, cotas nos concursos públicos e universidades, assim como a Lei 10.639 de 2003, que obriga o ensino da literatura afrodescendente nas escolas de nível fundamental e básico:

A Lei n. 10.639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para

aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei n. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas. (BRASIL, 2008)

Por conta disso, pensar o ensino da história e cultura afro-brasileira[i] vem em um momento oportuno, porque toda e qualquer ação que ajude a elucidar questões do passado em consonância com as do presente, visto que há um entremeado entre ambas, é de suma importância para diminuir as desigualdades, amenizar os preconceitos, ainda que em médio e longo prazo. E nesse bojo se faz importante ressaltar a literatura negra como um importante instrumento nesse processo de conscientização e elucidação histórica.

Mas, além de pensar no ensino e na disseminação da literatura negra, é preciso pensar na aplicabilidade e efetividade da Lei. Ou seja, é preciso pensar o que os professores e profissionais diretamente ligados a essa ação têm feito na tentativa de cumprir a lei. Se levarmos a efeito o conceito e finalidade das ações afirmativas, é natural esperar que essas tenham sua aplicabilidade corretamente realizada com o mesmo afincamento inerente a quaisquer ações que visem um reparo, eliminar desigualdades e segregações.

É uma questão que envolve discussões tensas, mas necessárias e de extrema relevância se observarmos os índices desfavoráveis e crescentes no que se refere aos negros. Segundo o professor Ricardo Alexino[ii], “O problema é conjuntural, mas com uma essência central: é necessário tornar o outro sujeito. Ao tornar o outro ‘sujeito’, a cidadania floresce os direitos humanos e civis são preservados” (2015).

Este artigo pretende investigar a aplicabilidade da Lei, depois de transcorridos mais de dez anos de sua criação, e destacar a literatura negra como um caminho e possibilidade de emancipação da população negra. Para isso, foi estruturado em dois tópicos principais: “O processo identitário do negro”, que busca refletir como o negro pode se recolocar na sociedade depois do período de escravidão, resgatar seus valores e sua própria identidade nesse processo cruel, permeado de preconceitos e discriminação.

Posteriormente, “As ações afirmativas no contexto educacional” discute o contexto educacional como um instrumento de perpetuação das desigualdades e exclusões, mas que, dentro de um conceito mais democrático, pode se tornar uma importante ferramenta para uma transformação social, levando-se em conta o uso da literatura negra nesse processo como forma de constituição da identidade do negro.

O processo identitário do negro

A história do negro não foi contada por ele mesmo, mas por meio de uma visão eurocêntrica, em que sua imagem sempre esteve carregada de estereótipos nos quais é sempre retratado em relação de subalternidade com o branco. A educação brasileira, por meio dessa visão, desenvolveu e acirrou uma política de exclusão e discriminação dessa parcela da população brasileira, que se encontra à margem da sociedade. Entretanto, a partir da segunda metade do século XXI, movimentos sociais começam a reivindicar um olhar diferenciado para a população negra, a fim de diminuir a discriminação, por meio do reconhecimento das matrizes africanas na formação da sociedade brasileira.

Não é de hoje que as pesquisas em ciências sociais têm discutido sobre o processo identitário do indivíduo, o qual, segundo Hall (2001), tem tido vários significados ao longo do tempo e que, atualmente, o sujeito vive uma crise de identidade diante das diversas mudanças que a sociedade enfrentou e suas complexidades. Após a escravidão, por exemplo, o negro é “jogado” na sociedade, sem emprego, mal visto, sem perspectiva, e esteotipado, o reflexivo do que vemos hoje é nada mais que as consequências desse passado.

Para Hall (ibid.), “a identidade é algo realmente formada, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do seu nascimento”, portanto, todas as questões pelas quais o negro passou e pelas quais passam seus descendentes decorrem do passado, que, em consonância com o presente, trazem uma crise de identidade que não é tão simples de se sanar.

Munanga (1999) destaca que o fim do sistema escravista em 1888 coloca diante dos

pensadores brasileiros uma questão extrema, pautada na construção de uma nação e de uma identidade nacional, diante da problemática marcada pelos ex-escravizados negros. Como constituir os negros da nacionalidade e identidade brasileira, quando a estrutura mental herdada do passado os considerava como coisas e força animal de trabalho?

Essa visão herdada de um passado escravagista, na qual o negro, considerado coisa, teve sua trajetória de vida esmagada e projetada numa realidade totalmente distante da sua, em que sua identidade foi anulada como ser humano, tem se transformado em um obstáculo para a emancipação do povo negro. Tal coisificação da população negra é muito bem exemplificada no modo como a mulher negra é vista nas mídias em geral, ou seja, ao analisarmos os meios midiáticos, deparamo-nos com uma visão bastante estereotipada, na qual ela é apresentada sempre como um objeto, seja sexual, seja doméstico.

Essa imagem estereotipada do negro pode também ser constatada, inclusive, nos livros didáticos, onde a sua imagem é sempre relacionada à escravidão. Dessa forma, cotidianamente, as salas de aulas têm apresentado, por meio das ilustrações e textos dos livros didáticos, uma imagem distorcida e marginalizada do negro, servindo como forma de expansão dos preconceitos, auxiliando, portanto, na reprodução e manutenção de poder e nas relações de dominação.

Consequentemente, perceber os afrodescendentes nesse processo educacional discriminatório, onde suas referências estão distorcidas, sempre relacionadas a sujeitos passivos, excluídos do processo de formação da história do Brasil, “construir” uma identidade torna-se uma tarefa difícil, confusa e conflituosa, com consequências negativas que levam à baixa autoestima e problemas de autoaceitação.

Diante disso, entendendo a constituição identitária dentro de um contexto sociocultural, que, como pontua Alves (2011), está inserida a partir de elementos sociais de legitimação de toda uma padronagem social, é possível perceber a dificuldade de constituição da identidade negra em uma sociedade desigual como a brasileira. Dessa forma, [a] análise sobre a identidade do negro, dentro de uma perspectiva esvaziada de pressupostos degenerativos, anuncia tanto a necessidade como a viabilidade de um ressarcimento e correção das históricas desvantagens raciais verificadas na sociedade brasileira, sob o prisma da análise étnico- racial. (Ibid., p. 15)

No momento em que muito tem se discorrido acerca de novos paradigmas educacionais, é inevitável repensar a forma como certos assuntos têm sido abordados ao longo do tempo, questões como a diáspora africana[iii] e toda a sua implicância na condição atual do negro. Ajudar os afrodescendentes a se (re)colocarem na sociedade é dever de todos. Trazer a literatura negra para as salas de aula é contribuir para fomentar discussões, consequentemente, mudança de posturas e (pre)conceitos.

Como discutido acima, ao longo da história, o negro tem sido retratado de forma discriminatória e destituída de estima, e desfazer essa ideia errônea é imperiosa e também possível, já que nossas afirmações e relações se consolidam justamente na relação com os outros, nos aprendizados mútuos. Assim, a escola, espaço que tem servido para a expansão e perpetuação de preconceitos, pode ser uma aliada fundamental nesse processo de reconstrução e reconstituição da identidade negra na sociedade brasileira.

A Lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determinando que nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. É de uma importância extrema que a história do negro seja conhecida e perpassasse as barreiras da imaginação, das suposições e conclusões de outrem.

Portanto, é preciso permitir que a sociedade tenha a possibilidade de conhecer sua própria história, que se aproprie de suas origens e reflita sobre sua identidade nesse contexto em que, muitas vezes, uma parcela expressiva da população é apresentada como se fosse sujeito distante e não protagonista de sua própria história. Pois, como bem coloca Carvalho:

Quando nos referimos, em sala de aula, ao escravo africano, nos equivocamos, pois ninguém é **escravo** – as pessoas foram e são **escravizadas**. O termo escravo, além de naturalizar essa condição às pessoas, ou seja, trazer a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também possui um significado preconceituoso e pejorativo, que foi sendo construído durante a história da humanidade. Além disso, nessa mesma visão, o negro africano aparece na condição de escravo submisso e passivo.

Assim, é importante ressaltar que séculos de escravidão e de injustiça não pode ser

reparado em poucas décadas, mas é possível iniciar um processo de reconfiguração da imagem e da constituição do sujeito negro, que tem sido estigmatizado, sua imagem atrelada ao feio, sujo, preguiçoso, seu nome relacionado à maldade, tragédia, negatividade.

Ação afirmativa no contexto educacional

Partindo desse novo olhar mais crítico e questionador da formação da sociedade brasileira, em que a contribuição do povo negro precisa ser incorporada e valorizada, a educação não pode perder seu papel, levando em conta sua importância na tentativa de amenizar lacunas sociais e de levar o indivíduo a pensar sobre si mesmo, como pontua Froebel (2001).

Segundo Froebel (ibid., p. 24), “[d]eve, também, a educação conduzir o homem a uma clara visão de si mesmo, da natureza, da sua união com Deus”, desse modo, só com conhecimento esse “homem” será capaz de ter uma visão dele e do outro de forma clara, identificando-se com seu processo identitário, conhecendo sua história como sujeito e não como alguém distante dela.

Contudo, a educação brasileira tem se tornado um mecanismo de acirramento das desigualdades, das exclusões sociais e mesmo da discriminação de uma parcela da sociedade, já que ele vem servindo como instrumento de perpetuação das classes dominantes, a serviço destas, como é possível contatar ao nos debruçarmos sobre a história da educação no Brasil e seu papel elitista e excludente. Como bem destaca Dewey (1965, p. 9), “Ademais, nem toda experiência é plenamente ou economicamente educativa. Muitas há que são deseducativas, porque impedem ou perturbam a aquisição de novas e convenientes formas de vida”.

Além disso, ao nos depararmos com o papel das mídias atuais e seus modelos elitistas e estereotipados, que não condizem com a formação histórico-cultural do povo brasileiro, mas que, na tentativa de manutenção do *status quo*, assim como a educação, estão pautadas em uma visão eurocêntrica, há de se pensar que estamos diante de um grande desafio. Isso pode ser contatado quando analisamos especificamente as telenovelas e os telejornais brasileiros, onde a exclusão e a marginalização do negro no Brasil se tornam evidentes.

Por conta disso, são muitas indagações que perpassam os muros das escolas e que exige posicionamentos, discussões, ações e reafirmam a necessidade urgente de mudanças. Questões que têm se agravado ao longo dos anos de forma notória na sociedade: o baixo índice de sujeitos negros incluídos dignamente na sociedade, o alto grau de violência contra a população negra, a marginalização dessa população, etc. E a escola, como apresentada anteriormente, tem auxiliado nesse processo, pois, ao invés de amenizar essas questões e introduzir um novo conceito de indivíduo mais inclusivo, apresente currículos ainda obsoletos e carregados de estigmas e preconceitos a partir de uma visão ultrapassada da história, como bem reflete a Carta de Cuiabá:

[...] inúmeros materiais distribuídos para as escolas ainda transmitem mensagens perversas que ratificam teorias racialistas europeias dos séculos XVIII e XIX. Não é novidade que essas teorias foram apropriadas por intelectuais brasileiros e provocaram, dessa forma, graves danos na interação negros e brancos. (UFMT, 2007)

Portanto, é preciso repensar o papel da escola e do Estado na sociedade, ambos devem estar unidos nessa batalha árdua, mas não impossível, de incorporar o negro à sociedade brasileira, a fim de, desse modo, diminuir, ou pelo menos, amenizar os preconceitos e as exclusões. E nesse contexto a escola se torna primordial, já que, “a principal tarefa da escola é ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de construir relações e conexões entre os vários nós da imensa rede de conhecimentos” (KLEIMAN; SILVA, 1999, p. 89).

Nesse cenário, pensar uma educação democrática e emancipadora, ou seja, uma educação libertadora, que não subjogue, nem domestique, é essencial, pois [...] é preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (FREIRE, 2006, p. 45)

Logo, a escola não pode mais omitir nem negligenciar questões como essas, pois esse processo de exclusão ratificado pela escola tem aumentado a vulnerabilidade da criança e do jovem negro, principais vítimas da violência, minoria nas universidades, nos grupos de pesquisa, maioria no índice de desemprego e analfabetismo, o que só demonstra que a educação tem falhado no seu objetivo democrático e de inclusão social. Ainda, pensar uma educação democrática é pensar no papel do professor, pois, muitas vezes, este

carrega para a sala de aula seus preconceitos e conceitos deturpados sobre a sua própria história, ou falta-lhe sensibilidade para perceber as relações de exclusão e opressão presentes na sociedade e, conseqüentemente, na sala de aula.

Como bem destacam Assis e Canen (2004), há a necessidade de profissionais da educação que adquiram conhecimentos que lhes possibilitem compreender e interferir na situação da população não branca no sistema de ensino, por meio da revisão de sua prática pedagógica, promovendo a real democratização das oportunidades educacionais, com possibilidade de construção de uma ação pedagógica transformadora, diante de situações de discriminação.

Dentro dessa perspectiva, a literatura negra, aliada ao empenho da escola e dos professores, pode e deve dar frutos relevantes, já que é uma das principais armas contra o preconceito, a discriminação, a visão estereotipada no negro. Uma vez que, além de ser uma forma de luta pela dignidade e constituição identitária do negro, devolve-lhe o protagonismo de sua história, elimina a visão eurocêntrica sobre a história, na qual ele é apresentado sempre em situação de passividade diante do homem branco, sem cultura, sem história, sem memória.

A literatura negra é a forma de expressão de um povo que teve participação crucial na formação do Estado brasileiro, que muito contribuiu para isso, mas que tem sido renegado a uma categoria de coisa, na qual sua cultura e suas formas de expressão são desconhecidas ou tratadas de forma pejorativa e depreciativa, numa tentativa de dominação e de anulação de sua resistência.

Mas, ao contrário do que se apresenta e como bem destaca Lima (2009, p. 79), É importante lembrar que, a despeito do que se tentou incutir na memória do povo, o negro brasileiro nunca aceitou passivamente a situação de desrespeito e violência a que foi submetido. Haja vista as revoltas que quase sempre a História relegou ao esquecimento, como a dos Malês, a formação de quilombos, e os movimentos sociais em uma história mais recente. A própria perpetuação da cultura e da religião africanas já é exemplo incontestável dessa resistência. A literatura negra é um dos elementos mais importantes para a conquista definitiva do respeito de uma sociedade que, por não admitir ser preconceituosa, atrasa ainda mais o longo processo de igualdade de direitos.

Porém, mais que apenas uma arma de denúncia contra o preconceito e a desigualdade social, ela é arte em constante movimento, é expressão de uma das várias facetas da cultura brasileira, e deve ser vista e respeitada como tal.

Considerações Finais

Considerar essas questões na sociedade atual, consequências de um passado excludente da população negra brasileira, ajuda a oportunizar o debate no contexto educacional a fim de atenuar uma problemática social. Como destaca sociólogo francês Bernard Charlot (2009 apud SENKEVICS, 2014), a escola *forma*, transmite conhecimentos, fornece referências, contribuindo para a compreensão do mundo. Dessa forma, não se pode dissociar a escola dessa responsabilidade. Logo, a escola pode intermediar de forma muito incisiva essas questões que são antigas, mas que merecem sempre novas abordagens com o intuito de alcançar cada vez mais um número maior de indivíduos conscientes de seu papel na sociedade.

Desta forma, entendemos que o discurso da literatura negra é o discurso da identidade, o discurso que almeja principalmente a desconstrução e reconstrução identitárias dentro desse sistema de significações, colocando como ponto fulcral o equacionamento da noção de identidade nacional homogênea e uniforme. Cabe ainda salientar que a importância da emergência do “eu enunciador” que se quer negro, como destaca Zilá Bernd, não está apenas no fato de assinalar uma ruptura com o discurso social que negava os negros, mas também por marcar, de maneira categórica, a tentativa de compreender o que significa ser negro no Brasil pelo resgate de uma história e tradição há muito ocultas. (SARTESCHI, 2011, p. 4)

A construção de uma identidade nacional homogênea e uniforme é o caminho. Entretanto, é preciso ter em mente que não se muda um cenário tão conturbado e complexo em algumas décadas, mas, certamente, ajuda a construir parâmetros para as gerações futuras. Impossível pensar em um amanhã diferente sem ações construtivas e bem direcionadas no presente. Seguramente, existem reflexões de que esses são pormenores sem importância e que essas ações não trarão significativas mudanças para o cenário educacional, mas tendo em vista o atual cenário social, como observado acima, é preciso desenvolver, urgentemente, ações voltadas para a melhoria de vida das minorias, que promovam um país mais democrático e mais justo.

Proposto uma estrutura curricular voltada às diferenças e interesses individuais e/ou grupais de cada contexto no sentido de promover justiça social e solução para os problemas reais do cotidiano, percebeu-se que isso atenderia ao que hoje se deseja por pais e professores, e até por vezes, numa atitude politicamente correta na retórica política e econômica; ou seja, educação numa perspectiva multicultural. (MARQUES, 2012)

Destarte, não se pode mais excluir assuntos primordiais para as relações humanas e sociais, e o professor, como educador, precisa se envolver nesse processo, precisa se sensibilizar e munir-se de conhecimento, tornando-se um agente transformador da sociedade, e não apenas um “passador de conteúdos”. Por fim, com as palavras do renomado pesquisador negro e estudioso da questão racial, o professor Alexino (2015): “Enquanto o negro não for visto como ser humano, como sujeito, que teve a sua cidadania sequestrada, que sofreu o holocausto, nada será mudado”.

Referências

ALEXINO, R. Ricardo Alexino: entrevista [maio. 2015]. Entrevistadora: Angilene Santos Nascimento. [entrevista via e-mail]. 2015.

ALVES, J. P. da C. Aspectos da construção identitária do negro no processo educacional: entre a ruptura e a deflagração do racismo. **Revista do Difere.** v.1, n.1, jun/2011.

ASSIS, M. D. P.; CANEN, A. **Identidade negra e espaço educacional:** vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, set./dez, 2004. Disponível em BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para a implementação da lei 10.639/2003.** Brasília: 2008. Disponível em: <[http:// www.educacao.rs.gov.br /dados/dp_cga_lei10639.pdf](http://www.educacao.rs.gov.br/dados/dp_cga_lei10639.pdf)>. Acesso em: 9 jul. 2015.

CARVALHO, L. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** Disponível em:

.

Acesso em: 07 maio 2015.

DEWEY, J. **Vida e educação:** a criança e o programa escolar: interesse e esforço. Tradução de Anísio S. Teixeira. 5a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FROEBEL, F. W. A. **A educação do homem**. Tradução de: Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

HALL, S. **A diversidade cultural na pós-modernidade**. 5a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KLEIMAN, A. B; MORAES, S. E. **Leitura e interdisciplinaridades**: projeto da escola. São Paulo: Mercado de Letras, 1999. (Coleção ideias sobre linguagem).

LIMA, Carina Bertozzi. Literatura negra – uma outra história. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**, v. 17-A, dez/2009.

MARQUES, S. **Resumo do livro pedagogia do oprimido de Paulo Freire**. <<http://pedagogiaaopedaleta.com/resumo-do-livro-pedagogia-do-oprimido-de-paulo-freire/>> Acesso em: 10 jul. 2015.

MUNANGA, K. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA – ANPED: Negro e educação, 1. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

POLETO, J.; KREUTZ, L. Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. **Conjectura: filosofia e educação**, v. 19, n. 2, p. 199-203, maio/ago, 2004.

SARTESCHI, R. A LEI 11.645/08 e o ensino de Literatura afro-brasileira em perspectiva: a cutie e sua poética do confronto. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CONLAB, 10. **Anais...** Salvador, UFBA, 2011. Disponível: em: . Acesso em: 7 maio 2015.

SENKEVICS, A. Arquivos da tag: professor. **Ensaio de gênero**. Disponível em: . Acesso em 14 jul. 2015.

UFMT – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Carta de Cuiabá**. Cuiabá: UFMT, 2007.

[1] Em março de 2003, foi aprovada a Lei Federal nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio.

[2] Professor doutor em Ciências da Comunicação (USP), líder do Grupo de Pesquisa Midialogia Científica e Especializada (certificado pelo Diretório de Grupos do CNPq). Docente da Escola de Comunicação da USP.

[3] Diáspora africana refere-se ao fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu em países além África devido à imigração forçada, por fins escravagistas mercantis que perduraram da Idade Moderna ao final do século XIX, de africanos (em especial africanos de pele escura, chamados pela cultura ocidental de negros ou afrodescendentes).

*Especialista em Gestão de pessoas. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (UFBA). Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento e Coleções do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

** Mestre em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora-tutora dos cursos semipresenciais de Pedagogia e Letras da Universidade Anhanguera e revisora da Educ – Editora da PUC-SP.

